



**O CRESCENTE MERCADO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E OS
DESAFIOS PARA A SOBREVIVÊNCIA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS**

**THE GROWING MARKET FOR HIGHER EDUCATION IN BRAZIL AND THE
CHALLENGES FOR THE SURVIVAL OF THE COMMUNITY UNIVERSITIES**

**EL CRECIENTE MERCADO DE LA ENSEÑANZA SUPERIOR EN BRASIL Y LOS
DESAFÍOS PARA LA SUPERVIVENCIA DE LAS UNIVERSIDADES
COMUNITARIAS**

JACOSKI, Claudio Alcides
claudio@unochapeco.edu.br
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
<https://orcid.org/0000-0003-3418-8155>

GIONGO, Juliana Aparecida
julianagiongo@unochapeco.edu.br
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
<https://orcid.org/0000-0003-2848-1240>

DICKMANN, Ivo
educador.ivo@unochapeco.edu.br
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária da Região de Chapecó
<https://orcid.org/0000-0002-6293-8382>

Gerir uma universidade comunitária no contexto atual da educação superior é um desafio para poucos. Com formação, mestrado e doutorado na área da engenharia e diante de uma trajetória de mais de 20 anos em cargos de gestão na Unochapecó, Claudio Alcides Jacoski fala em planejamento e organização para que o modelo de universidade comunitária possa sobreviver aos difíceis tempos do ensino no Brasil, onde a educação tornou-se mercadoria e é tratada como um agressivo negócio.

Na contramão do sistema vigente, as universidade comunitárias não visam lucro e equilibram-se com recursos das mensalidades dos alunos para cumprirem a sua missão e seu papel social, que é trabalhar pelo desenvolvimento das regiões onde atuam, muito além do propósito das instituições privadas, cujo objetivo de atuação está no retorno financeiro.



A entrevista com o Prof. Claudio Alcides Jacoski (Reitor da Unochapecó), presidente da ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais) e membro do Conselho Fiscal da ABRUC (Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior), aconteceu no dia 20 de dezembro de 2017, na sala da Reitoria da Unochapecó. Entre as preocupações apresentadas na entrevista está a sobrevivência, a longo prazo, desse modelo diferenciado de instituição de ensino superior, que nasceu da força e da mobilização das próprias comunidades e que, mesmo após o marco legal de 2013, ainda é incompreendida pela sociedade e, muitas vezes, deixada de fora de editais do Governo Federal.

Revista Atos de Pesquisa: Sabemos que a educação, hoje, acabou virando um produto, com IES disputando alunos e dividindo mercado, muitas vezes, com o diferencial baseado apenas no preço. Como uma IES comunitária se movimenta nesse cenário?

Prof. Cláudio: As universidades comunitárias foram criadas como uma opção do Estado para ofertar educação superior à população, já que não havia possibilidade de tornar públicas todas as instituições de ensino superior do país. O Plano Nacional de Educação (PNE) tem uma meta de que 33% da população em idade universitária no Brasil esteja cursando ensino superior. Hoje, não mais que 18% desse público está estudando. Em alguns estados brasileiros o percentual é ainda menor. Portanto, justifica-se, em partes, a abertura ao mercado, pois o governo não consegue dar conta, neste momento, por meio do modelo público estatal, de financiar a educação nessas condições. A educação gastaria um recurso fora do comum, porque os custos, hoje, para a manutenção de um ensino superior gratuito são muito altos. Esse modelo totalmente público está equivocado. Poucos países do mundo têm um modelo tão estatal (universidades públicas) e, ao mesmo tempo, um conjunto de corporações com ações na bolsa de valores, fazendo da educação um negócio. Basta olharmos para países da Europa, Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Itália, e tantos outros. Nesses locais, a área pública também mostra produtividade, com a captação de recursos para se manter, muito próximo do modelo comunitário. Pensando assim é que a instituição comunitária foi criada: uma universidade com cobrança de mensalidades e, ao mesmo tempo, uma instituição sem fins lucrativos, sem esperar um retorno financeiro, permitindo que os estudantes sem condições financeiras possam estudar com bolsas integrais. O retorno dessas universidades é o desenvolvimento regional, a formação de pessoas, de recursos humanos para trabalhar de uma forma mais adequada. Esse é o grande diferencial das comunitárias, pois elas sobrevivem por conta própria, o Estado não injeta recursos, como acontece com as públicas, que oferecem gratuidade a quem poderia pagar; logicamente isso está equivocado. Se nós quisermos que as comunitárias sigam em frente, no futuro, de alguma forma o Estado terá que aportar recursos, ou então, cada vez mais, estas instituições não terão outro caminho senão



aproximar-se das estratégias das instituições privadas. Isso porque o mercado aberto na educação estimula muito a concorrência e cria inúmeras dificuldades para quem quer produzir um ensino sério e com qualidade.

Revista Atos de Pesquisa: Quando isso começou? Em que momento a educação passou a ser vendida de forma deliberada e qual seria o formato ideal para as universidades operarem?

Prof. Cláudio: O governo federal cometeu um erro muito grande ao abrir o mercado de tal forma, pois, hoje, temos corporações de grande porte, presentes na bolsa de valores e dominando o "mercado" da educação. Na ânsia de atingir as metas do PNE, deu-se muita abertura e agora todas as IES estão sendo empurradas, inclusive as universidades comunitárias, para a disputa de alunos, sendo que as privadas com fins lucrativos disputam com preços incompatíveis e com o mínimo de qualidade. No meu entendimento, precisamos de planejamento a longo prazo, de uma reforma ampla na educação do país. Os países que avançaram na educação superior, como o Chile, na América do Sul, Coréia do Sul, na Ásia e outros pelo mundo afora, constituíram uma estratégia com planejamento a longo prazo. O Chile é um belo exemplo na educação e tem seus índices de jovens no ensino superior aproximando-se dos 60%. Além da preocupação em aumentar a oferta qualificada, nós precisamos discutir, inclusive, a geolocalização das universidades e instituições de ensino superior. É possível ter instituições nos mesmos locais, mas não atuando na mesma área. Não concorrendo, e sim cooperando. Estamos falando de educação, do desenvolvimento de ciência e tecnologia e isso, para o Estado e para o país, é o preparo de líderes e profissionais para garantir nossa soberania no futuro. Uma competição por preço no ensino superior é algo descabido, é inadequado com o que poderia se esperar de uma formação consistente para nossos jovens. Estive recentemente no Canadá e pude visitar quatro instituições operando no mesmo local, em Montreal. Todas elas cooperando de forma sensacional, principalmente na pesquisa. Uma forma colaborativa de trabalho, com recursos do Estado para desenvolver pesquisas de interesse da nação. Todas elas têm cobrança de mensalidade, mas também recebem aporte de recurso do Estado para desenvolver as estratégias de formação desejadas. Harvard é assim, o Massachusetts Institute of Technology (MIT) é assim. As grandes universidades do mundo operam assim. A maioria das instituições recebem do governo um valor para cobrir seus custos, de acordo com a quantidade de alunos. Quanto mais alunos forem atendidos, mais recursos o Estado coloca na instituição. Não é todo o custo, mas a maior parte dele, e o restante a universidade capta cobrando mensalidades com valores bem mais baixos. O ruim, hoje, é que o foco está desviado. Ao invés de desenvolver pesquisa, a preocupação está em se manter, sobreviver por meio de uma disputa de mercado. Está totalmente equivocado. Eu vejo que não podemos mais seguir adiante com esse modelo de universidades totalmente estatais, oferecendo gratuidade a quem pode pagar. As comunitárias, para que possam avançar na pesquisa, precisam de recursos públicos. Hoje não se tem recursos do governo. Claro, alguns valores são captados através de editais, mas é pouco para fazer a pesquisa avançar como deveria. Para desenvolver a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, as comunitárias deveriam receber um valor de suporte, porque gastam mais de um



milhão por ano para manter cada um dos seus programas. Só a Unochapecó tem sete deles. Como nós vamos conseguir concorrer no mercado com um preço baixo, enquanto temos as privadas abocanhando tudo o que vem pela frente? As grandes corporações aplicam preços baixos, ganham em escala e derrubam tudo, colocando em sério risco o trabalho das comunitárias comprometendo o desenvolvimento da pesquisa e extensão nas universidades. O próprio ensino híbrido vem no sentido contrário às comunitárias e se elas não se atentarem para isso vão perder um espaço significativo. É por isso que, a médio e longo prazo, as comunitárias precisam receber recursos públicos para conseguirem dar seguimento à pesquisa e ao desenvolvimento regional. Muito embora seja o modelo mais avançado de IES, as comunitárias ainda não recebem a atenção que merecem. Ela constituem um modelo em que não se tem a necessidade do lucro, ou seja, em que se é justo com o próprio aluno: aquele que tem condições financeiras de arcar com uma mensalidade, paga; aquele que não pode arcar, recebe o suporte de uma bolsa de estudos. Nas Instituições Federais não é assim, ninguém paga, e isso está equivocado. Uma hora essa situação terá que ser resolvida.

Revista Atos de Pesquisa: Como você visualiza a sobrevivência das universidades comunitárias a longo prazo, nesse cenário bagunçado da educação superior no Brasil?

Prof. Cláudio: Novamente, ênfase no planejamento. Precisamos rever todo o modelo de educação superior no Brasil. Temos as comunitárias, as privadas e as públicas. Porém há vários outros formatos: os institutos federais que foram criados para formar técnicos, mas acabaram virando semi-universidades e hoje oferecem programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e pouco se diferenciam de universidades estatais. Não se sabe para quê, ninguém definiu essa estratégia. A impressão é que ela se auto definiu. Temos, também, os institutos tecnológicos, os centros universitários, as faculdades, etc. Essa conjuntura toda é muito confusa. Aqui em Chapecó nós temos 37 IES. Existe ainda a UDESC, que é outro modelo, uma pública estadual. A pergunta que se faz é: por que não se organiza a distribuição de cursos e de projetos de pesquisa? Na ACAFE se discute a possibilidade de ter uma universidade única, a Universidade Comunitária Catarinense. Se o governo do Estado desejar isso, teria que rediscutir a UDESC e pensar uma UCC com apoio do governo do Estado. Das eleições de 2018 esperam-se mudanças por aqueles que assumirem os governos. Outra questão preocupante é o financiamento. Se não tivermos financiamento estudantil para as comunitárias será um caos, e vai limitar ainda mais o acesso ao ensino superior. O Fies, por exemplo. A Unochapecó não aderiu por causa do custo altíssimo para a universidade. Para o aluno não é vantagem, por causa dos juros altos, uma taxa de 6,5% ao ano. O Fies não deu certo, porque agora já era hora de os estudantes formados iniciarem o pagamento, porém, a inadimplência é de quase 60%. O recurso está findando e as pessoas não vão pagar. Isso deveria ser automatizado, descontado na folha de pagamento depois que o estudante se forma. Assim, o recurso do Fundo se retroalimentaria e teria um processo continuado. Esse cenário das comunitárias está crítico principalmente porque não se tem financiamento. Em 2013 nós tínhamos mais de 700 alunos com Fies, vagas sobrando no mercado, todo mundo



querendo acessar a universidade, o que demonstra a importância do financiamento. Agora, quando a economia sofre, alguns cursos rapidamente são atingidos.

Revista Atos de Pesquisa: A educação como produto à venda, como algo que as pessoas desejam, como um fetiche ao qual a literatura se refere. Qual sua opinião sobre esse ato de colocar a educação na prateleira?

Prof. Cláudio: A educação é um sonho, uma utopia. As pessoas acreditam que, por meio dela, vão alcançar a realização, encontrar seu espaço no mercado. Não deixa de ser uma verdade, pois, pela educação as portas do mercado de trabalho se abrem. As mídias e a comunicação fazem com que as pessoas tenham o desejo de acessar o “produto” educação, sem refletirem sobre o contexto dessa oferta, muitas vezes. Não é possível afirmar se é o ideal, mas o mercado se movimenta desta forma e faz isso acontecer. Infelizmente estamos navegando pela diferenciação por preço na educação. É muito ruim e totalmente contrário ao que deu certo e fez o sucesso dos países desenvolvidos. Todo mundo tem o desejo de estudar em Stanford, em Harvard. É diferente de dizer, aqui no Brasil, que vai estudar em uma IES privada com mensalidade a 59 reais. O que o país almeja com essa forma de mercado? Isso vai dar o retorno que o país precisa na formação das pessoas, no desenvolvimento dos futuros líderes e profissionais? Não vai dar. Educação tem que ser o foco. Vamos acabar com todas as outras discussões e vamos falar em educação para preparar o fim da corrupção daqui a vinte anos. Mas como fazer essa mudança agora se o governo está de mãos atadas? Falou em modificar algo no sistema de educação vai alterar os índices na Bolsa de Valores, as ações das "empresas de educação" vão cair, interfere-se na economia. Então, o próprio governo entrou numa condição complicada. Parece que vai ter que ter uma ruptura muito forte para se começar do zero, novamente. O modelo comunitário é muito atual, apesar de ter sido criado há muitos anos. Ele não tem as amarras da área pública e não tem o ânimo de querer o retorno financeiro. Ele quer desenvolver, produzir, gerar soluções; é um modelo muito mais interessante.

Revista Atos de Pesquisa: Não seria um caminho mais curto e mais possível aprovar junto ao governo federal uma espécie de aporte financeiro para as comunitárias?

Prof. Cláudio: A Lei das Comunitárias, aprovada em 2013, número 12.881, artigo segundo, diz que o governo tem possibilidade de fazer o aporte de recursos para as comunitárias. Acontece que sequer os editais do Ministério da Educação contemplam estas instituições. O que vem se apresentando é uma restrição, com a presença somente de instituições públicas. O governo entende que o sistema dele é só o público, e os demais ele apenas regula. Está equivocado. Hoje nós somos classificados no MEC como “instituição privada sem fins lucrativos”. Está lá no nosso documento de credenciamento junto ao Ministério. Então, para o governo, existem as públicas, as privadas e nós queremos que o governo considere, também, a existência das comunitárias, para que possamos, de igual forma, ter acesso aos editais de órgãos governamentais, receber recursos do poder público para desenvolver atividade de interesse público. A Lei foi aprovada em 2013, já se passaram 5 anos e até agora



nada. Foi bem difícil aprovar a Lei, mas agora precisamos que ela tenha efetividade. Nós criamos uma frente parlamentar das comunitárias com deputados de SC, do RS e alguns de Pernambuco e SP apoiando essa causa. O presidente é o deputado federal Jorginho Mello. Todo mundo concorda que o formato de universidade comunitária é o melhor modelo que existe. Ela está próxima da comunidade, oferece serviços, capta os problemas da região e resolve com pesquisas, não há um dono, a sociedade é a proprietária, há bolsas de estudos. A Unochapecó oferece quase 20% da sua receita em bolsas. No orçamento de 2018 foram mais de 20 milhões de reais. Tudo isso para pessoas carentes que não podem pagar. É um modelo perfeito, é filantrópica. Quem tem condições financeiras de pagar sua mensalidade, paga; quem não tem renda para pagar, é beneficiado com bolsa de estudo. E por que esse modelo não poderia servir para o país todo? Como justificar pessoas com carros de luxo tendo acesso ao ensino superior gratuito? Não justifica. No modelo de mercado atual é a luta pelo ganho, pelo lucro, onde vale tudo. Apertam-se salários, demitem-se professores, tudo o que for possível para o negócio render mais. É um tremendo equívoco tratar a educação desta forma, como mercadoria. A crítica é a entrada das instituições na Bolsa de Valores. Isso trouxe o caos e foi um ponto muito negativo da educação superior no Brasil. Poderíamos ter instituições privadas participando do mercado, mas não nesse modelo que migrou para uma condição extrema, onde é permitida a criação de grandes grupos de educação. Se a negociação da Kroton com a Estácio tivesse dado certo, nós teríamos a maior empresa do mundo de educação. Seria a maior corporação do mundo todo. O Brasil passou da conta, ou, quem sabe, aconteceram algumas obscuridades que levaram a isso, como tudo ultimamente no país.

Revista Atos de Pesquisa: O fato de a Unochapecó passar a ofertar cursos na modalidade a distância é uma tentativa de sobrevivência?

Prof. Cláudio: Não tem saída. Se nós tivéssemos recursos públicos, os movimentos dentro da Unochapecó seriam diferentes. Ou a gente tem recurso público para cumprir a nossa função, ou vai faltar dinheiro para a folha de pagamento no futuro. São mais de mil famílias que hoje dependem das ações da gestão. Nós estamos sendo empurrados para essa condição. A gente, provavelmente, não iria para o EaD se não estivéssemos nessa situação de disputa de mercado. As comunitárias iriam com passos diferentes. Mas estamos sendo obrigados a andar conforme as privadas, nessa loucura que vivemos todos os dias. Isso é péssimo, é ruim, mas não temos saída no momento. Falta inteligência para quem está à frente dos programas, da política, do planejamento da educação do país. Vale a pena termos 37 instituições de ensino superior em Chapecó concorrendo por preço? Vai melhorar a educação no Brasil? Vai atingir as metas do governo? Não vai. E se aumentarmos o índice de jovens com idade universitária no ensino superior, a que preço será isso? Qual o ganho? Serão formados bons profissionais? Teremos ganhos no futuro ou teremos um conjunto de profissionais formados pelas privadas, com conhecimento duvidoso, com diploma embaixo do braço dizendo ter uma formação, mas sem a mínima condição de atuar no mercado? O caminho está errado, precisamos mudar urgentemente o curso.



CLAUDIO ALCIDES JACOSKI

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Reitor da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó.

JULIANA APARECIDA GIONGO

Mestra em Educação pelo PPGE da Unochapecó, graduada em Jornalismo, coordenadora da TV Uno da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó.

IVO DICKMANN

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e professor titular do Mestrado em Educação e do Mestrado e Doutorado em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó.

REFERÊNCIAS

ABRUC - *Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior*. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ACAFE - *Associação Catarinense das Fundações Educacionais*. Disponível em: <<http://www.new.ACAFE.org.br/ACAFE/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BERTOLIN, J. C. G; SOUZA, J. C. C de. *Planejamento Institucional de uma Universidade Comunitária: ideias, propostas e experiências na UPF*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

BORGES, M. C. A. A visão de educação superior do Banco Mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE*. v. 26, n. 2, p. 367-375, maio/ago. 2010.

BRASIL. Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013. *Lei das Comunitárias*. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Brasília - DF, novembro de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FRANTZ, W.; SILVA, E. W. da. *As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias*. Ijuí: Unijuí, 2004.

GIONGO, J. A. *Identidade das universidades comunitárias catarinenses: características, potenciais e desafios*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2019.



PASSOS, J. D. (Org.). *Carisma e ação da universidade comunitária: experiências da PUC-SP*. São Paulo: EDUC, 2008.

PEGORARO, L. *Terceiro setor na educação superior brasileira*. Campinas: Leitura Crítica, 2013.

SCHMIDT, J. P. (Org.). *Instituições Comunitárias: instituições públicas não-estatais*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

VANNUCCHI, A. *A universidade comunitária: o que é, como se faz*. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2017.